



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência à
Saúde (Res. CNJ n. 107/2010 e Res. CNJ n. 238/2016)
COMITÊ EXECUTIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COMESC

Memória de Reunião

09 de abril de 2018, 9h

| | |
|--------------------------|--|
| DADOS | |
| Grupo de trabalho | Comitê Estadual de Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência da Saúde – COMESC – Criado pela Resolução 106 do CNJ |
| Local | Sala de Reuniões Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel do Conselho Estadual de Saúde, localizado na Rua Esteves Júnior, nº 160, Centro, Florianópolis-SC, na SES - Secretaria Estadual de Saúde (8º andar). |
| Coordenador | Juiz federal Clenio Jair Schulze clenio.schulze@trf4.jus.br |

PARTICIPANTES

| Nome* | Entidade* | E-mail* |
|-------------------------------|------------------------|--|
| Clenio Jair Schulze | JFSC | Clenio.schulze@trf4.jus.br |
| André Augusto Messias Fonseca | TJSC | Fonseca@tjsc.jus.br |
| Ana Maria Jansen | Consórcios públicos SC | anajansen@cisnordeste.sc.gov.br |
| Maria de Lourdes Rovaris | HU/UFSC | Maria.rovaris@ufsc.br |
| Edenice Reis da Silveira | SMS/Fpolis | Inteligencia.sms@gmail.com |
| Rogério Ribeiro | MS/SC | rogerioribeiro@saude.gov.br |
| Luciane Anita Savi | Pmf Fpolis e Cosems | luciane.cosemssc@gmail.com |
| Paulo de Tarso Freitas | CREMESC | Ptfreitas@yahoo.com.br |
| Tania Mara Fodi | SMS/Jaraguá do Sul | Id81912@jaraguadosul.sc.gov.br |
| Márcia Roberta Graciosa | TCE/SC | marciagraciosa@tce.sc.gov.br |
| Daniel Bastos | DPE/SC | danielbastos@defensoria.sc.gov.br |
| Claudio Valentim Cristani | MPF/SC | cristani@mpf.mp.br |
| Paulo Sérgio de Araújo | CFR/SC | Araujo@sindfar.org.br |
| Mariana Döring Zamprogna | DPU/SC | Mariana.zamprogna@dpu.def.br |
| Luana Camila Pozza | Comaj/SES | pozzalc@saude.sc.gov.br |
| Carolina N. Cardoso | NATJUS/SC | carolinano@saude.sc.gov.br |
| Clóvis Renato Squio | SEF/SC | csquio@sef.sc.gov.br |
| Thiago Pereira de Freitas | SEF/SC | tfreitas@sef.sc.gov.br |
| Marina Mattozo Rover | UFSC | marinarover@yahoo.com.br |
| Kaite C. Pires | UFSC | kaitecris@gmail.com |
| Bruna Eliane | SMS/Lages | Bruna.eliane@saudelages.sc.gov.br |
| Anderson Stevens | SMS/Lages | andersonstevens@bol.com.br |
| Guilherme Daniel Pupo | COSEMS/SC | guilhermecosems@gmail.com |
| Sabrina da Silva de Souza | SMS/São José | enefermeirasabrina@gmail.com |
| Flávia Dreher de Araújo | PGE/SC | Flavia@pge.sc.gov.br |
| Darlan de Carvalho Junior | AGU | Darlan.junior@agu.gov.br |
| Otávio Augusto Pulga | Cosems/SC | Otavio.cosemssc@gmail.com |

DELIBERAÇÕES

| Item | Descrição |
|-------------|--|
| 1 | Justificaram ausência: Médico Luiz Fernando Pitta, Consultora Janine, Promotora Caroline Cabral Zonta. |



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência à Saúde (Res. CNJ n. 107/2010 e Res. CNJ n. 238/2016)
COMITÊ EXECUTIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COMESC

| | |
|---|--|
| 2 | Foi aprovada, por unanimidade, a ata da reunião de março de 2018. |
| 3 | <p><i>E – Pareceres do e-natjus do Conselho Nacional de Justiça.</i></p> <p>Juiz Clenio comentou que a plataforma e-natjus¹ criada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ para auxiliar os magistrados do Brasil na Judicialização da Saúde já está em funcionamento e disponibiliza pareceres técnicos.</p> <p>Os documentos podem ser encontrados em: https://www.cnj.jus.br/e-natjus/controlador.php?acao=base_conhecimento_publica_pesquisar&inicio=20</p> <p>Seguem alguns exemplos de pareceres já apresentados:</p> <p>Tecnologia: Ranibizumabe Indicação: Degeneração macular relacionada à idade – DMRI. Fonte: https://www.cnj.jus.br/e-natjus/base_conhecimento_publica_pesquisa.php?acao=gerar_documento_pt&id_parecer_tecnico=12</p> <p>Tecnologia: Ácido Ursodesoxicólico (UDCA). Indicação: cirrose biliar primária sintomática. Fonte: https://www.cnj.jus.br/e-natjus/base_conhecimento_publica_pesquisa.php?acao=gerar_documento_pt&id_parecer_tecnico=10</p> <p>Tecnologia: Atalureno (Translarna) Indicação: Distrofia Muscular de Duchenne Fonte: https://www.cnj.jus.br/e-natjus/base_conhecimento_publica_pesquisa.php?acao=gerar_documento_pt&id_parecer_tecnico=19</p> <p>Tecnologia: Alfagalsidase e Betagalsidase Indicação: Doença de Fabry Fonte: https://www.cnj.jus.br/e-natjus/base_conhecimento_publica_pesquisa.php?acao=gerar_documento_pt&id_parecer_tecnico=25</p> <p>Tecnologia: micofenolato Indicação: Nefrite lúpica Fonte: https://www.cnj.jus.br/e-natjus/base_conhecimento_publica_pesquisa.php?acao=gerar_documento_pt&id_parecer_tecnico=26</p> <p>Tecnologia: bevacizumabe Indicação: Câncer de células renais avançado (metastático ou recidivado) Fonte: https://www.cnj.jus.br/e-natjus/base_conhecimento_publica_pesquisa.php?acao=gerar_documento_pt&id_parecer_tecnico=27</p> |

¹ Para mais informações ver: SCHULZE, Clenio Jair. E-natjus e a racionalização da judicialização da saúde. Revista Empório do Direito. 04 Dez. 2017. Disponível em <http://emporiiododireito.com.br/leitura/e-natjus-e-a-racionalizacao-da-judicializacao-da-saude-por-clenio-jar-schulze>. Acesso em 08 Abr. 2018.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência à
Saúde (Res. CNJ n. 107/2010 e Res. CNJ n. 238/2016)
COMITÊ EXECUTIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COMESC

| | |
|---|--|
| | <p>Tecnologia: Bevacizumbade Indicação: câncer de mama (metastático ou localmente recidivado) Fonte: https://www.cnj.jus.br/e-natjus/base_conhecimento_publica_pesquisa.php?acao=gerar_documento_pt&id_parecer_tecnico=28</p> <p>Tecnologia: Idursulfase e beta-idursulfase Indicação: Mucopolissacaridose II (MPS II) Fonte: https://www.cnj.jus.br/e-natjus/base_conhecimento_publica_pesquisa.php?acao=gerar_documento_pt&id_parecer_tecnico=30</p> <p>Tecnologia: Bevacizumabe; Indicação: Câncer de colo de útero persistente, recidivado ou metastático Fonte: https://www.cnj.jus.br/e-natjus/base_conhecimento_publica_pesquisa.php?acao=gerar_documento_pt&id_parecer_tecnico=32</p> |
| 4 | <p><i>b – Auditor Clóvis, da Secretaria Estadual da Fazenda – SEF, prestou informações sobre o controle de contas do Estado de SC.</i> Relatou que a SEF/SC realizou uma auditoria sobre as contas na área da saúde, principalmente para saber se efetivamente não foi alcançado o patamar de 13% da arrecadação em saúde em 2017. Comentou sobre o SIOPS, local em que é publicado todos os gastos com saúde. Relatou que o valor dos seqüestros judiciais não foi computado na execução orçamentária de 2017 e que somente seriam contabilizados após o trânsito em julgado, por isso foram lançados em uma conta de conciliação. Relatou que tal situação está registrada em parecer da PGE/SC.</p> <p><i>c – Apresentação das contas de SC e de alguns Municípios, na área da Saúde, relativas ao ano de 2017.</i> Auditora MÁRCIA, do TCE, fez apresentação sobre as despesas em Saúde em SC. O TCE possui duas diretorias, uma que faz a análise das contas do Estado de SC e outra que faz a análise das contas dos Municípios. Os dados apresentados não são oficiais do TCE/SC, apenas um relato da Auditora. Apresentou o cronograma da análise e julgamento das contas pelo TCE/SC. Auditora Márcia vai apresentar oportunamente o relatório das contas após a respectiva aprovação do tribunal.</p> <p><i>d – Sugestão de novo Enunciado.</i> Farmacêutica Luciane apresentou a proposta de redação do seguinte enunciado sobre sobrepreço de medicamentos adquiridos com sequestro judicial:</p> |



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência à Saúde (Res. CNJ n. 107/2010 e Res. CNJ n. 238/2016)
COMITÊ EXECUTIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COMESC

“No caso de seqüestro para aquisição de medicamentos para a parte autora, os orçamentos emitidos pelos fornecedores deverão apresentar valores iguais ou inferiores ao Preço Máximo de Venda – PMVG, conforme tabela vigente da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED/ANVISA.”

Justificativa: nas compras em farmácia não são aplicados o desconto CAP, encarecendo o preço do medicamento. Isso tem ensejado o desinteresse dos laboratórios em participar das licitações.

Houve manifestações contrárias à proposta do Enunciado.

Por isso, Juiz Clenio sugeriu suspender a análise do Enunciado e verificar se há alguma outra forma de controlar a atuação dos laboratórios.

e – Controle dos Hospitais Filantrópicos na execução das metas estabelecidas nos contratos.

Enfermeira Edenice fez um diagnóstico sobre o tema da gestão do SUS e os hospitais filantrópicos, especialmente como controlar e encontrar eficiência no custo benefício.

Informou que o contrato de prestação de serviços é mais eficiente se comparado com o convênio, pois este não tem sinalagma, ou seja, necessidade de cumprimento de metas. Comentou sobre a Portaria 3.410 do Ministério da Saúde.

Apontou a dificuldade para cumprimento da média complexidade e facilidade em relação à alta complexidade.

Ana Maria, do Consórcio de Municípios da região de Joinville, relatou sua experiência com gestora hospitalar e sobre o tema. Assentou a necessidade de efetivação de uma comissão da CIB para controle da eficiência dos contratos.

Auditor Tiago, da SEF, comentou sobre as auditorias da Secretaria e que concluiu que as PPPs são mais caras, as OSs tem difícil controle e que a forma mais barata são os hospitais filantrópicos e que muitas vezes produzem o dobro dos resultados das OSs.

Informou que a melhor ferramenta para o controle dos gastos é a transparência.

Advogado Otávio, do COSEMS, comentou que a Câmara Técnica hospitalar será instalada em breve.

Juiz Clenio comentou sobre a dificuldade de definição de indicadores para controlar os serviços. Mencionou que o COMESC poderia, em tese, editar alguma Recomendação e/ou Enunciado sobre o tema, sugerindo que os presentes reflitam sobre alguma sugestão, especialmente os gestores em Saúde.

Auditora Márcia comentou que seria possível o COMESC oficial o Presidente do TCE/SC para deflagrar auditoria de gestão sobre o tema.

Rogério Ribeiro, do MS, também sugeriu que o DENASUS seja oficiado também para a mesma finalidade.

Procurador da República Cláudio Cristani demonstrou preocupação em relação às



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência à Saúde (Res. CNJ n. 107/2010 e Res. CNJ n. 238/2016)
COMITÊ EXECUTIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COMESC

| | |
|---|--|
| | <p>emendas parlamentares, especialmente a sua falta de controle. Advogado Otávio comentou sobre uma reunião com o MPSC para tratar de emendas parlamentares, denotando que há acompanhamento do tema. Por unanimidade, foi aprovada a proposta da Auditora Márcia, para encaminhamento de ofício ao TCE/SC para sugerir auditoria de gestão. Os temas serão definidos na reunião de Maio/2018.</p> |
| 5 | <p>INFORMAÇÕES:</p> <p>1 - Farmacêutico Araújo informou que o CRF/SC fará um evento sobre Judicialização de Saúde em 11/04/2018 e convidou todos os integrantes para participar.</p> <p>2 - Advogado Otávio mencionou que o COSEMS fará um evento em Chapecó entre 2 e 4 de maio. Não haverá mesa sobre judicialização da saúde. Também registrou o convite a todos.</p> |

NOTAS FINAIS

1 - A próxima reunião ocorrerá em **15 de maio de 2018, 9h, na Sala de Reuniões Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel do Conselho Estadual de Saúde, localizado na Rua Esteves Júnior, nº 160, Centro, Florianópolis-SC, na SES - Secretaria Estadual de Saúde (8º andar), com a seguinte pauta provisória:**

a – Definição dos itens para incluir no Ofício ao Presidente do TCE/SC sugerindo a deflagração de auditoria de gestão sobre o controle dos Hospitais Filantrópicos na execução das metas estabelecidas nos contratos;

b – Apresentação da conclusão do estudo do NATJus de SC sobre o Spiranza (Farmacêutica Carolina);

c - Controle dos Hospitais Filantrópicos na execução das metas estabelecidas nos contratos. Verificação de alguma sugestão de Recomendação e/ou Enunciado.

Outras sugestões de pauta podem ser encaminhadas para clenio.schulze@trf4.jus.br

Local e data Florianópolis, 09 de abril de 2018